

DESENVOLVIMENTO

Embora tenha subido quatro posições em ranking internacional, segundo instituição suíça, o país se mantém na lanterna em itens como gestão do governo, educação, qualidade da mão de obra e custo do capital para investimento

Brasil está mais competitivo

» ROSANA HESSEL

Após escorregar dois lugares em 2024, o Brasil voltou a subir no Ranking de Competitividade Global do International Institute for Management and Development (IMD) deste ano. Avançou quatro colocações, passando do 62º lugar para o 58º, em uma lista de 69 economias pesquisadas divulgada, ontem, pelo instituto suíço com sede em Lausanne, na Suíça.

O avanço do Brasil na listagem está associado ao crescimento da atividade econômica, que avançou 3,4% em 2024 e ao baixo nível do desemprego, em torno de 6,5%, patamar próximo ao pleno emprego. No fator Performance Econômica, o Brasil está em 30º lugar e um dos pontos fortes é o fluxo de investimento direto estrangeiro, que colocou o país em 5º lugar. Outro ponto forte foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que fez o país ficar na 17ª colocação no ranking, contudo, o PIB per capita deixou o Brasil em 54º lugar.

Apesar desse avanço, o Brasil não tem muito o que comemorar, de acordo com Hugo Ferreira Braga Tadeu, diretor do núcleo de Inovação, Inteligência Artificial e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral (FDC), parceira do IMD na elaboração da pesquisa que utiliza 336 critérios para elaborar o ranking. Segundo ele, o país precisa avançar em segmentos em que está na lanterna, especialmente em gestão do governo, na área de educação, na qualidade da mão de obra, assim como no custo do capital para investimento.

“O Brasil ainda está no último bloco — o dos países menos competitivos, porque insiste em uma agenda que não é uma agenda de reforma e de abertura comercial, que não é de simplificação tributária, que não é de livre comércio e que não é de inovação em tecnologia, nem em formação da mão de obra”, lamentou Tadeu, em entrevista a jornalistas.

Conforme os dados da pesquisa, o Brasil, por exemplo, está em penúltimo lugar em Eficiência Governamental — um dos quatro fatores utilizados na metodologia do ranking —, à frente apenas da Venezuela, que é governado por uma ditadura de esquerda. Outro fator negativo nessa categoria foi o custo de capital, o pior entre os 69 países pesquisados, em grande parte, segundo Hugo Tadeu, devido ao elevado patamar de juros para financiamento de investimentos e ao forte peso da carga tributária, que é resultado da falta de uma reforma administrativa.

Pouco a comemorar

O Brasil conseguiu subir quatro degraus no ranking de competitividade global do IMD, passando de 62º, no ano passado, para 58º, este ano, no ranking de 69 nações. País fica na média da última década, entre 56º e 60º, e segue com entraves graves, como protecionismo e baixa qualidade da educação

Ranking

1º	Suíça
2º	Cingapura
3º	Hong Kong
4º	Dinamarca
5º	Emirados Árabes Unidos
6º	Taiwan
7º	Irlanda
8º	Suécia
9º	Qatar
10º	Países Baixos
58º	Brasil
59º	Botswana
60º	Peru
61º	Gana
62º	Argentina
63º	Eslôvquia
64º	África do Sul
65º	Mongólia
66º	Turquia
67º	Nigéria
68º	Namíbia
69º	Venezuela

Fontes: IMD World Competitiveness Ranking 2025 e Fundação Dom Cabral

Divulgação/FDC



Hugo Tadeu alertou que, apesar de subir na lista, o país permanece no bloco dos menos competitivos

Hugo Tadeu lembrou ainda que os países nas melhores colocações do ranking possuem baixa carga tributária. “Estamos fazendo o contrário, o Estado

Principais destaques

Veja alguns desempenhos do Brasil nas quatro categorias principais do estudo e pontos fracos

1) Performance econômica 30º

PONTOS FRACOS

- Exportações de serviços comerciais 67º
- Receitas de turismo 66º
- Proporção Comércio-PIB 65º

2) Eficiência governamental 68º

PONTOS FRACOS

- Custo de capital 69º
- Protecionismo 68º
- Finanças públicas 67º

3) Eficiência Empresarial 56º

PONTOS FRACOS

- Dívida corporativa 68º
- Mão de obra qualificada 68º
- Produtividade da força de trabalho 67º

4) Infraestrutura 58º

PONTOS FRACOS

- Habilidades linguísticas 69º
- Educação primária e secundária 68º
- Educação em gestão 67º
- Educação universitária 67º

Pontos relevantes dos primeiros colocados no ranking

- Abertura para o comércio internacional e investimento estrangeiro
- Baixa carga tributária e simplificação de impostos
- Regras claras para fazer negócios e estabilidade legal
- Forte geração e transferência de conhecimento
- Plano estratégico de nação e visão de longo prazo para o desenvolvimento, impactando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



aumentar o IOF, o governo afugenta o mercado privado e o investidor estrangeiro”, alertou Hugo Tadeu. Ele lembrou que a falta de investimento em educação condena o país a crescer pouco e a nunca ter um prêmio Nobel. Segundo ele, apenas o Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, recebe US\$ 60 bilhões para fazer investimentos e transferir para o mercado, muito mais do que os investimentos realizados em todas as universidades brasileiras juntas.

“É importante investir para gerar conhecimento e, consequentemente, gerar riqueza. Ou o país gera potencial de conhecimento ou vamos continuar na dependência de sermos um país sempre produtor de commodities”, afirmou Tadeu. Segundo ele, essa limitação no crescimento impacta diretamente no IDH e, por conta disso, o país, na última década, oscilou entre as posições de 57, 58 e 60 do ranking do IMD, quando há algum crescimento pontual no PIB, mas que não é sustentável.

“O país tem problemas estruturais que precisam ser levados a sério”, afirmou. O acadêmico ressaltou que, se esses problemas não forem enfrentados, o país continuará condenado a crescer pouco e a ter “voos de galinha”, quando o crescimento econômico não é sustentável, porque não há estratégia de longo prazo para a melhoria da competitividade do país.

Segundo Tadeu, os 10 primeiros colocados no ranking do IMD repetem o comportamento dos últimos 10 anos, e investem pesado em tecnologia e mão de obra, enquanto o Brasil segue priorizando ser um mero exportador de commodities. “Competitividade é uma agenda de longo prazo e não adianta as lideranças continuarem nessa agenda de riqueza por commodities, sem investirem em segurança pública, em melhoria da renda média. O Brasil continua sendo um país cheio de distorções com 1% da população entre os mais ricos e muita discrepância salarial”, destacou o professor da FDC.

Conforme os dados do ranking do IMD, neste ano, a Suíça ocupa a primeira posição, trocando de posição com Cingapura, que liderou o ranking no ano passado e ficou em segundo lugar neste ano. Completando o pódio, Hong Kong tomou o lugar da Dinamarca, que ficou em 4º lugar, à frente dos Estados Unidos. O relatório destaca a forte presença de países da Ásia e Europa nas primeiras colocações do ranking, refletindo estratégias bem-sucedidas de longo prazo em educação, inovação e governança.

lideram o ranking mais investem. Em habilidades linguísticas, o Brasil está em último lugar. Em educação primária e secundária, em penúltimo. Em educação em gestão e em educação universitária, em 67º. Ele citou modelos de países onde a iniciativa privada e as universidades são parceiras e investem na transferência de conhecimento. “As universidades brasileiras estão distantes da realidade e voltadas para a geração de papers em vez de desenvolver patentes”, criticou.

Hugo Tadeu lembrou que o Brasil segue com um gasto exorbitante em subsídios que precisam ser revistos com urgência a fim de evitar novos retrocessos. Um deles foi a polêmica em torno do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que tem desgastado o governo e a equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, junto ao Legislativo.

“O aumento do IOF aumenta o juro futuro e vai na contra-mão do que todo mundo está praticando. Logo, esse avanço não é para comemorar, porque temos muito o que corrigir. Ao

tributa e afasta o potencial de geração de riqueza, não tem regras claras e estáveis”, pontuou.

No fator Infraestrutura, o país está na 58ª colocação, mesma

classificação do ranking geral, mas, quando esse indicador é aberto, os pontos fracos saltam aos olhos, como educação — área em que os países que

MERCADO DE TRABALHO

Funcionamento em feriados está na pauta

» WAL LIMA
» VICTOR CORREIA

A Câmara dos Deputados pode derrubar nos próximos dias a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que exige negociação entre funcionários e patrões para que estabelecimentos comerciais — como supermercados, farmácias e concessionárias de veículos — funcionem nos feriados. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 405/2023 chegou a ser incluído na pauta da sessão extraordinária realizada na noite de ontem, mas não foi votado. A Portaria nº 3.665/2023, iniciativa do governo Lula, entra em vigor no dia 1º de julho e revoga parte da Portaria nº 671/2021, editada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), que autoriza de forma permanente o funcionamento do comércio em feriados.

Para o Executivo, a nova portaria fortalece a negociação entre empregadores e trabalhadores,

com garantias de pagamento adicional, folgas compensatórias e benefícios, como vale-alimentação para quem trabalha em feriados. Caso entre em vigor, os termos terão que ser negociados entre os sindicatos patronais e os que representam os trabalhadores. Ou seja, os funcionários terão maior possibilidade de negociar condições melhores de trabalho nos feriados. A portaria altera apenas 12 das 122 atividades comerciais liberadas pela gestão anterior — as demais continuam sem a exigência de negociação sindical. O texto também prevê multa administrativa para empresas que descumpriam a norma. Porém, a iniciativa foi criticada pela oposição, que se posicionou de forma unificada contra a medida, por comerciantes e especialistas. A resistência levou, inclusive, o Ministério do Trabalho a adiar por quatro vezes o início da nova regra, apresentada em novembro de 2023. O titular da pasta, Luiz Marinho, já

sinalizou que o prazo será adiado enquanto não houver acordo entre empresários e funcionários.

Liberdade

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), afirmou que a exigência fere a liberdade de funcionamento do comércio. “As empresas precisam ter prioridade para funcionar, como supermercados e restaurantes que operam aos domingos e feriados. É uma relação entre empregado e empregador. Feriado tem adicional, domingo tem adicional. O que não pode é impedir que esses trabalhadores atuem recebendo seus direitos. É um absurdo total”, criticou o parlamentar.

Especialistas também apontaram fragilidades na tentativa do governo de impor a portaria sem aprovação legislativa. Para o advogado trabalhista Hugo Luiz Schiavo, sócio do escritório A. C. Burlamaqui Consultores, o

cenário político e institucional não favorece a mudança.

“O governo parece não ter condições políticas de impor a agenda do Ministério do Trabalho e de submeter à negociação sindical o funcionamento, aos domingos, de diversos setores do comércio, pois já recuou pelo menos quatro vezes. A regra causa impacto na economia e enfrenta resistência de setores influentes. (...) Além disso, a exigência de prévia negociação sindical para o funcionamento do comércio aos domingos não consta em lei e, portanto, tal requisito deveria ser deliberado e incluído pelo Poder Legislativo”, analisou.

Além da Câmara, caberá ao Senado avaliar a matéria. Caso também seja aprovado na Casa Alta, o PDL suspenderá oficialmente a portaria, permitindo que o comércio continue operando normalmente em feriados, sem novas exigências, como ocorre atualmente.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sóstenes argumenta que a portaria fere o princípio da liberdade